

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE - CONANDA

Às nove horas e dez minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil, deu-se início a Septuagésima Quarta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) , sob a Presidência de Cláudio Augusto Vieira da Silva (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL) presentes os conselheiros titulares Normando Batista Santos (ABONG); Maria Stela Santos Graciani (PUC-SP) Mara Izabel da Silva (CUT);Kênia Augusta Figueiredo (CFESS) ;José Fernando da Silva (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE) ; Joacir Della Giustina (CNBB); Rachel Niskier Sanches (SBP) ; Charles Roberto Pranke (AMENCAR);Nelson Eder de Souza Modesto (MNDH) ;Ivanildo Franzosi (CASA CIVIL); Eurídice Nóbrega Vidigal (MF); Walter Antonio da Silva (MINc); Antonio Ivan Araújo Silva (MP). Presentes, os conselheiros suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Eliana Cristina Crisóstomo (MJ); Júlio Boaventura Santos (MRE); Marilda Marfan (MEC). Por motivo de ausência dos titulares e suplentes dos ministérios do Trabalho e Emprego e do Ministério da Saúde, estiveram presentes as representantes Ivone Bezerra de Mello e Jane Ramos Pereira. O Presidente abriu o trabalho, submetendo a pauta à plenária, a qual foi aprovada com inclusão de item sobre

as Convenções Centro e Trinta e Oito e Cento e Oitenta e Dois e sobre a Comissão Tripartite. I Leitura, Discussão e aprovação das Atas das Septuagésima Primeira e Septuagésima Segunda Assembléia do CONANDA.. As Atas acima descritas, foram aprovadas com pertinências. Foi solicitado à Secretaria Executiva o levantamento das pendências para a Assembléia do mês de novembro II Trabalhos de grupos das Comissões Temáticas e GT's. As comissões temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram para Tratarem de assuntos referentes as suas áreas específicos. III. Relato das Comissões Temática e grupos de Trabalho. 1) Comissão Temática de Orçamento e finanças. O coordenador da Comissão Charles Pranke, fez o relato da comissão enfocando os seguintes pontos: a – ofício do CMDCA de campinas – SP encaminhando cinco proposta do ex. - juiz da Infância e da Juventude , propondo o aprimoramento do Estatuto. A Comissão sugeriu a distribuição do Texto aos Conselheiros para estudo e analise, para ser debatido na próxima assembléia e o envio de correspondência ao CMDCA, informando sobre as providencias adotadas; b – Informes sobre os contatos que a Dr^a Angélica vem mantendo com o presidente a respeito da captação de recursos para o Fundo Nacional, via Imposto de Renda; c – orçamento dois mil – O coordenador fez uma breve explanação sobre a real situação do Fundo, com relação a supressão do Programa Defesa dos Direitos e a criação de uma outra ação para substitui – la. Foi solicitada a contribuição do conselheiro do ministério do

planejamento, no processo de elaboração, acompanhamento e execução do orçamento do FNCA; d – Orçamento dois mil e um – o coordenador explicou a real situação do Fundo e as propostas de emendas objetivando a sua adequação. Quanto ao orçamento para manutenção do conselho foi informado os valores para os exercício de dois mil e dois mil e dois mil e um e a proposta de emenda a ser enviada ao congresso nacional para alteração dos valores e do nome da ação direcionando – a para Apoio a manutenção e funcionamento do CONANDA; 2 – Comissão de Políticas Públicas – A relatora da comissão, Rachel Niskier, fez o relato sucinto dos trabalhos da comissão, no que se refere aos ajuste no documento contendo as diretrizes Nacionais para Política de atenção Integral a infância e Adolescência O coordenador da Comissão, fez o relato do documento enviado pelo Promotor de justiça do Comarca de Teofilo Otoni, em resposta a matéria do Deputado João Fassarela, enviada pelo CONANDA, sobre violência praticada contra Criança e adolescentes no país e especificamente no Município de governador Valadares e a prostituição Infanto – Juvenil ao longo da BR- 116. Foi o envio do referido documento ao Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente de minas Gerais, para acompanhamento e ao DCA, para possibilidades de desenvolver Ação Conjunta com o estado de Minas Gerais, no combate à exploração Sexual de Criança e adolescentes. O coordenador fez também o relator do documento enviado pelo promotor de justiça sobre o fechamento

da entidade Educação do homem de amanhã, por irregularidade no trabalho desenvolvido com patrulheiros Mirins. A representante do ministério do Trabalho, informou que essas denúncias devem ser enviadas ao Ministério do Trabalho/delegacias regionais para a devida atuação. A conselheira Maria Izabel, propôs para que a secretária Executiva encaminhe o documento de denúncia sobre as Escolinhas de Futebol à CPI do Futebol; 3 – Grupo de Trabalho sobre medidas Socio – Educativas – A coordenadora do GT, fez o relato dos Trabalhos, abordando os seguintes pontos: a) Relatório da Comissão Formada para analisar a situação das Unidades de Atendimento ao adolescente infrator, após várias rebeliões havida em Pernambuco. Em Pernambuco. Com relação a proposta Socio Educativa denominada Pedagogia do Desejo, da FUNDAC – PE, será avaliada na próxima assembléia, b) – relato da visita feita pela conselheira Eliana e a engenheira do DCA, as Unidades de Internação provisória de Florianópolis – SC, para averiguar os aspectos arquitetônicos. Foram abordados vários aspectos da construção, objetivando favorecer o melhor atendimento aos adolescentes. A comissão sugeriu que os pontos levantados fossem discutidos com o Conselho Estadual dos Direitos de SC. **Avaliação dos Convênios** –1- visita ao Estado de Goiás feita pelo Presidente, Eliana e Nariam . Foi feito o relato da real situação daquele Estado, no tocante a prestação de contas e a situação das unidades beneficiadas com recursos do Convênio. A partir do relato das visitas, a Comissão propõe que

haja discussões com os órgãos executores antes da aprovação do projeto, para avaliar a capacidade técnica e administrativa dos mesmos; 2 – Participação da conselheira Kênia em reunião com órgãos governamentais e não governamentais que atuam com adolescentes infratores no Estado de Minas Gerais onde foi observado uma correlação de forças governo e sociedade civil. Houve várias denúncias sobre fugas, rebeliões, mortes, maus tratos nas Unidades do Estado. Foi informado que o Convênio firmado entre a Secretaria de estado e o MJ/SEDH/CONANDA, foi aditivado pela terceira vez, por dificuldades da Secretaria na execução do seu Plano de Trabalho. Foi proposto e aprovado, visita do CONANDA ao Estado, tendo em vista a gravidade do problema. A visita será feita pelo Presidente do CONANDA, pelas conselheiras Eliana e Kênia e pela servidora Nariam, da Secretaria Executiva, responsável pela prestação de contas dos Convênios; 4- Relação ao Convênio do Rio Grande do Sul, ainda não foi realizada a visita, pelos conselheiros Charles e Joacir; 5 – Com relação ao Amapá, foi informado que o mesmo ainda não encaminhou o relatório técnico solicitado. Foi sugerido pelas Comissão, o repasse de recursos parcelados e só liberar as parcelas mediante a prestação de contas e o relatório técnico; 6 – Em relação ao Convênio do Ceará, foi informado que o mesmo cumpriu a meta, porém houve uma devolução de recursos no valor de R\$ Cento e quarenta mil reais; 7 – Com relação ao processo de mobilização de assinaturas contra o rebaixamento da

idade penal, avaliou-se que o mesmo é lento e descontínuo, havendo até o presente trinta e cinco mil assinaturas recebidas pelo CONANDA. Foi proposto pela Comissão discutir com os Conselhos Estaduais e Tutelares esta importante questão, tendo em vista ser proposta aprovada na Terceira Conferência e prorrogar o prazo para o recebimento até o mês de março de dois mil e um; 8 – Com relação a Carta de São Paulo. A conselheira Stela, informou que não conseguiu reunir-se com o representante do CONDECA, para discutir revisão do documento e apresentação de sugestões. O documento foi concluído com a colaboração dos conselheiros Joacir, Eliana e Fernando e será repassado à plenária para aprovação e posterior encaminhamento para aprovação do CONDECA; d) **Grupo de Trabalho Conselhos Tutelares** – O coordenador do GT, Normando , fez o relato dos trabalhos enfocando os seguintes pontos: 1 – Consulta do Conselho Tutelar de Londrina sobre eleição de conselheiro. Foi elaborado parecer para encaminhamento; 2- Recebimento de convite do Encontro da Associação de Conselheiros Tutelares de Santa Catarina, justificar a ausência do CONANDA, por motivo da Assembléia e solicitar Ata e Resoluções do Encontro; 3- Proposta de Termo de Acordo e Resolução do CONANDA, para captação de recursos para o FNCA. Foi sugerido não aprovar no termo de acordo capacitação à distância; 4 – Correspondência do Conselho Tutelar de Cotia – SP. A Conselheira Maria Izabel da Silva se comprometeu, elaborar parecer a ser enviado ao Conselho

Tutelar. No dia vinte de outubro, deu-se prosseguimento aos trabalhos com a seguinte pauta: **I - Apresentação do projeto da ABRAPIA.** O Presidente do CONANDA deu as boas vindas ao representante da ABRAPIA Silvio Valente, que fez a explanação do Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infante Juvenil. Ele fez um breve relato do Sistema de denúncias que está funcionando plenamente em treze Estados. A execução desse programa está afeta a Organizações Não Governamentais, para formação de rede e são interligados com os demais Fóruns de Defesa, pois ele não pode ser um programa isolado. Salientou, que este programa não é da ABRAPIA, mas sim do Ministério da Justiça. Ele fez a apresentação do funcionamento do SOFTWARE do programa e apresentou estatísticas com o resultado do programa. Após a sua apresentação, o Presidente abriu o debate, onde foram registrados os seguintes dados: 1 – a conselheira Maria Izabel, solicitou informações de como ter acesso aos relatórios a Home Page da ABRAPIA ; 2- a conselheira Maria Stela , questionou qual a relação desse programa com as denúncias dos Conselhos Tutelares. Não havendo mais questionamentos, o expositor agradeceu a oportunidade de estar no CONANDA, em nome do Ministério da Justiça e demais parceiros. O Presidente agradeceu ao expositor e solicitou o resumo anual de todo o Sistema. **II Apresentação do Projeto Concepção e Implantação de um Modelo Sócio-Educativo para o Sistema de Atendimento a Adolescente em conflito com a Lei no Estado do Rio de**

Janeiro. O Presidente deu as boas vindas ao senhor José Antonio Domingues Alonso, Diretor Presidente do Conselho Nacional das Universidades Populares e ao Dr. Gurací Campos Viana, juiz titular da segunda Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro. Inicialmente, José Antonio fez a exposição do projeto, enfatizando a concepção e implantação de um modelo sócio-educativo. Falou dos objetivos, das parcerias, dos pontos críticos do sistema e da criação de paradigmas. Informou que o Projeto está em fase de desenvolvimento do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – DEGASE, através de Convênio com o Conselho Nacional das Universidades Populares e o MJ/SEDH. Em seguida, Dr. Guarací cumprimentou à todos, dizendo da sua satisfação de estar no CONANDA. Fez um breve relato da situação do adolescente infrator no Estado do Rio de Janeiro. Ressaltou que a Segunda Vara também é executora, porque executou o Programa de Liberdade Assistida. O juiz, reafirmou a importância do modelo proposto para as medidas sócio-educativas. O Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os pontos que seguem: a) O conselheiro Joacir, parabenizou ao senhor José Antonio, pela Universidade Popular e em seguida abordou os pontos cruciais da internação no Rio de Janeiro. Levantados pelo Dr. Guarací. Ele considera que o atendimento de uma descentralização centralizada irá dificultar a ação. Quanto aos dados de reincidências apresentados, considerou-os preocupantes. A conselheira Eliana, indagou de como se dará a reflexão, partindo de um

modelo de Grandes Unidades e pequenas Unidades. Todos os questionamentos foram respondidos pelos expositores, que agradeceram a oportunidade da apresentação ao CONANDA. O Presidente agradeceu a participação dos visitantes, abordando a importância do gerenciamento dos CRIANS, alegando que o Estado do Rio de Janeiro tem problemas gerenciais, por isso o atendimento não surte efeito, pela falta de continuidade . **III – Avaliação da Assembléia conjunta CONNDA e CONDECA, realizada na cidade de São Paulo.** Para efeito de avaliação da assembléia, foram considerados os seguintes pontos: **Organização, Participação dos Conselhos, participação da população e desdobramentos.** O Presidente iniciou a avaliação dizendo que a Assembléia conjunta foi desagradável, as pessoas não foram receptivas, havia clara disposição de que não queriam a presença do CONANDA ali. Para ele, o CONANDA cumpriu o seu papel e reafirmou que o CONANDA terá que acompanhar o desdobramento dessa ação. Disse que o interesse do CONANDA é superior a isso tudo e que a posição do CONANDA foi muito ruim, houve obstrução permanente(carro quebrado, falta de documento, etc...). A representante Ivone, disse que no primeiro dia foram desagradáveis com todos os conselheiros do CONANDA. O conselheiro Ivan, acha que deve haver uma integração das políticas Federal, Estadual e Municipal. Para ele ficou uma grande lacuna. Disse ainda, que a má recepção é uma característica do Estado. Para a conselheira Stela, existiu duas visitas na Unidade de

Pinheiros, pelos desencontros havidos durante os relatos. **IV – Aprovação da Carta de São Paulo** – A Carta foi elaborada pela conselheira Maria Stela, com o assessoramento dos conselheiros Fernando, Joacir e Eliana. O representante não participou da sua elaboração. Após os ajustes pertinentes a mesma foi aprovada pela plenária e encaminhada ao CONDECA para a sua aprovação. **V – Monitoramento dos Compromissos Assumidos pelos Órgãos e Entidades e aprovados através da Carta de São Luís.** Foi aprovado pela plenária, contatos do Presidente do CONANDA com o Presidente do CDECA – MA e se for necessário a ida do Presidente a São Luís, para as devidas articulações. **VI – Aprovação do Documento Final das diretrizes para a Política Nacional de Atendimento** – O Coordenador da Comissão, Joacir, fez o relato da última versão do documento, informando sobre a viabilidade do seu lançamento no V Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos de Direitos e Tutelares. Foram apresentadas sugestões para aprimoramento do documento, ficando a Comissão responsável pelas correções pertinentes. Foi aprovado pela plenária a publicação das Diretrizes, através de Resolução do CONANDA. **VII – Aprovação de parecer sobre inscrição e registro de programas no CMDCA(elaborado por Eliana e Joacir).** Tendo em vista a exiguidade de tempo o referido parecer não entrou em votação, ficando transferido para a próxima assembléia. **VIII – Preparação da Assembléia Ordinária do mês de novembro.** Foi

discutida pela plenária, a pauta da assembléia do mês de novembro e criado Grupo de Trabalho para o fechamento da programação do V Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, Distrital, e Conselhos Tutelares, composto pelos conselheiros Ivanildo, Rachel, Eliana, Ozanira e pela representante Ivone Bezzerra, ficando agendada reunião para o dia trinta de outubro na sala do CONANDA. **IX – Acompanhamento do CONANDA na Comissão Tripartite.** A conselheira Maria Izabel, informou que no dia dezessete de outubro, foi realizada reunião e oficialmente o CONANDA não foi informado. Informou ainda, que a bancada dos trabalhadores na referida Comissão fez discussões sobre a ratificação da Convenção Cento e Trinta e Oito, estipulando um prazo para o recebimento de informações dessa ratificação. Caso a mesma não seja ratificada, bancada irá se retirar da referida Comissão. A representante Ivone, se comprometeu verificar o assunto junto ao Ministério do Trabalho. **X – Informes.** 1) A conselheira Eurídice, informou sobre o Programa de Inclusão Social do Município de São Paulo, contido no Plano Nacional de Segurança Pública, solicitando ao CONANDA a indicação de áreas no município de São Paulo para essa inclusão. O conselheiro Fernando alegou estar impossibilitado a dar sugestões, visto que o documento não passou pela Comissão de Políticas Públicas. O conselheiro Joacir, alegou que as Comissões que estão trabalhando no reordemamento da FEBEM – SP, já tem pauta específica, impossibilitando-as

a apresentarem sugestões até na próxima semana, o assunto deveria ser levado ao CONDECA. A conselheira Maria Izabel, também sugeriu que o assunto fosse levado ao CONDECA. A conselheira Maria Stela, se comprometeu levar o assunto à reunião do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a realizar-se no dia vinte e um de outubro. O Presidente informou que a conselheira Maria Stela, irá levar o material à reunião do Fórum e não a posição do CONANDA, visto que a sistematização da discussão desses assuntos é somente nas Comissões temáticas. Foi deliberado que a conselheira Eurídice encaminhe o documento do assunto proposto à Comissão de Políticas Públicas, para discutí-lo no dia seis de novembro, em reunião extraordinária da Comissão, marcada para as dezessete horas; para aprovação na assembléia do dia nove de novembro próximo; 2 – O conselheiro Ivanildo

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Presidente